



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE ARQUEOLOGIA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

REFLEXÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE URBANIZAÇÃO
A FORMAÇÃO DO LUGAR CENTRAL NA CIDADE DE MAPUTO

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural na Universidade Eduardo Mondlane.

Elaborado por: Madalena José Mastala

Supervisora: Professora Doutora Solange Laura Macamo

REFLEXÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE URBANIZAÇÃO
A FORMAÇÃO DO LUGAR CENTRAL NA CIDADE DE MAPUTO

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural na Universidade Eduardo Mondlane por Madalena José Mastala

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: Professora Doutora Solange Laura Macamo

Maputo, 2023

O Júri

O (A) Presidente

O (A) Supervisor(a)

O (A) Oponente

Data ____/____/____

Índice

DECLARAÇÃO	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	iv
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	iv
Resumo	v
Introdução.....	1
1. Objecto de estudo:.....	2
2. Problema de pesquisa.....	3
3. A pergunta de partida	3
4. Relevância e Justificativa:	3
5. Objectivos:.....	4
5.1. Geral.....	4
5.2. Específicos.....	4
6. Metodologia.....	4
7. Estrutura do Trabalho.....	5
CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA	6
1.1. Definição dos conceitos:	6
1.2. Processo de urbanização em Moçambique.....	8
1.3. Estação Arqueológica de Manyikeni	10
CAPÍTULO 2. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE MAPUTO	12
2.1. Localização geográfica da Cidade de Maputo	12

2.2. Breve historial sobre a formação da Cidade de Maputo.....	14
CAPÍTULO 3: CRITÉRIOS DE URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO LUGAR CENTRAL NA CIDADE DE MAPUTO	17
3.1. Critérios de urbanização.....	17
3.2. A formação do lugar central.....	18
CAPÍTULO 4: DESENVOLVIMENTO DOS CRITÉRIOS DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE MAPUTO: O CENTRO E A PERIFERIA, O ASSIMILADO, O INDÍGENA E A COMUNIDADE LOCAL	20
4.1. A urbanização na cidade de Maputo	20
4.2. Características do bairro indígena (actual Munhuana)	21
4.2.1. Historial sobre o surgimento do bairro “Indígena”	22
4.2.2. O desenvolvimento da urbanização na cidade de Maputo pós-independência	24
4.3. Discussão.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de obtenção do grau de licenciatura é resultado da minha investigação pessoal sob orientação da supervisora. Este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente referenciadas (citadas) ao longo do texto, nas notas e na referência bibliográfica final. Tudo o que nele se encontra que não esteja citado, constitui conhecimento próprio adquirido durante os meus estudos.

Madalena José Mastala

DEDICATÓRIA

É com muito orgulho e honra, que dedico este trabalho aos meus pais, Eusébio José Mastala e Emelita Elias Bive. Ao meu irmão, Hilário José Mastala (em memória), e à minha irmã, Cidália José Mastala. Ao meu companheiro Jona Fernando Simango, em especial ao meu filho Yan e à mim mesma, pelas noites, madrugadas, fins-de-semana e feriados passados a estudar, com a convicção de que era o mínimo que poderia fazer pelo meu futuro.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus pela bênção e dom da vida, por fortificar a minha fé, pela força e vontade neste percurso. Aos meus pais, Eusébio José Mastala e Emelita Elias Bive, que muito fizeram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço imensamente à minha supervisora, Professora Doutora Solange Laura Macamo, meu muito obrigado, pelo tempo, atenção, pelos conselhos, críticas, pela orientação ao longo do trabalho e principalmente pela paciência, em me transmitir os seus conhecimentos e tornar este trabalho possível.

Os meus agradecimentos são extensivos ao corpo docente desta Universidade, em particular do Departamento de Arqueologia e Antropologia pelo apoio e pela paciência em transmitir o seu conhecimento desde início da minha Licenciatura em 2018.

Os meus agradecimentos estendem-se também aos meus colegas, pelo apoio, conselhos e atenção dispensados à minha pessoa, desde o início do curso, particularmente, Regina Manuel Mucove, Cândido Foliche, Açucena Nhamtunbo e aos demais colegas. Muito obrigada pelo vosso apoio!

A todos que, apesar de não mencionados, directa ou indirectamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade. O meu muito obrigado a eles!

Agradeço, igualmente, ao meu companheiro, pela compreensão e apoio durante os meus estudos e pelo apoio moral. Muito kxanimambo!

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AD - *Anno Domini* (Ano do Senhor)

DAA - Departamento de Arqueologia e Antropologia

d.c - Depois de Cristo

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: a direita representa o Perfil habitacional da cidade do cimento; e a esquerda representa o Perfil habitacional da cidade do caniço (Google Earth).....	10
Figura 2: Mapa de localização da área de estudo (Mucove 2022).	13
Figura 3: Mapa de localização da área de estudo (Google Earth).	13
Figura 4: Planta ilustrando os primeiros assentamentos urbanos de Lourenço Marques em 1876. (Fonte: Lage 2019:3).....	16
Figura 5: Vista aérea do bairro Indígena. Fonte: IICT/ Arquivo Histórico Ultramarino.....	23
Figura 6: Ilustração de algumas ruas do bairro indígena (actual Munhuana). Fonte: Mastala 2022.	24
Tabela 1: Resumo dos Critérios de Urbanização	17

Resumo

O presente trabalho faz uma reflexão sobre os critérios de urbanização para examinar a formação do lugar central na Cidade de Maputo. Estes critérios formulados com base em evidências arqueológicas desde o século XX não mudaram muito, mas antes evoluíram, como é o caso do comércio a longa distância. Este critério é apresentado de forma dinâmica neste estudo.

O estudo dos critérios de urbanização, que deram origem à formação do lugar central na cidade de Maputo compreenderam duas fases complementares: Numa primeira fase fez-se a observação e análise do contexto arqueológico e geográfico para contextualização. Para elucidar esta questão, o exemplo mais próximo das fontes arqueológicas encontrado foi o amuralhado de Manyikeni em associação com o entreposto comercial de Chibuene, como testemunho das origens urbanas em Moçambique, estando localizado na Província de Inhambane.

Numa segunda fase fizeram-se entrevistas com os moradores do bairro estudado que, no período colonial, era designado de “Bairro indígena”, mas que após a independência nacional, passou a designar-se Munhuana, preservando até hoje a arquitetura anterior. Os dados do estudo permitiram obter informações relacionadas com a forma de ocupação do seu espaço. Verificou-se ainda que o desinteresse do regime colonial pelo registo sobre a história de algumas regiões ou bairros, que eram negligenciados, reflecte-se actualmente, pela dificuldade em obter esta informação através de fontes escritas no que às comunidades locais diz respeito. Estas comunidades eram denominadas de “indígenas”, em oposição às classes favorecidas de assimilados, no contexto da urbanização da cidade de Maputo e da formação do Lugar Central em oposição à sua periferia. Por isso, este tipo de informação só foi possível recorrendo a fontes orais transmitidas de geração em geração, embora insuficientes. Arqueologicamente, o presente estudo explora o conceito da paisagem cultural, como fonte esclarecedora acerca do passado, através da interpretação do lugar, como objecto da intervenção humana.

Palavras -chaves: Urbanização. Lugar central. Cidade de Maputo. “Bairro Indígena”. Bairro da Munhuana

Introdução

O presente trabalho com título: “ Reflexão sobre os Critérios de Urbanização. A Formação do Lugar Central na Cidade de Maputo”, mostra que a história urbana da cidade de Maputo está relacionada com o desenvolvimento do comércio na região da África Austral e Oriental, associada com a formação de centros com evidências de controlo político ao longo da costa. Estes centros são conhecidos por Lugares centrais, com zonas periféricas distintas. Solange Macamo (2006), utiliza o termo Lugares privilegiados para uma abordagem sobre os lugares Centrais em Moçambique, onde inclui as estruturas monumentais e o lugar em si, com a paisagem e os recursos ambientais disponíveis.

A cidade de Maputo constituiu um elemento fundamental para o estudo da formação do Lugar Central, cujo desenvolvimento foi impulsionado pela conjugação de diversos factores dos quais se salienta a situação da Baía de Lourenço Marques que oferece facilidades de navegação marítima e comunicação com o interior do continente inclusive com a região mineira da África do Sul (Morais 2001).

No entanto, com a descoberta das minas de diamantes e de ouro na antiga província sul-africana Transvaal acelerou o crescente papel económico de Lourenço Marques na região da África do Sudoeste. Desde logo surgiu a necessidade da construção de uma linha férrea de penetração (iniciada em 1887) e do apetrechamento da zona ferro-portuária. Assim sendo, aumentou a importância de Lourenço Marques como porto de trânsito de mercadorias, cuja utilização se tornava mais económica aos detentores do capital mineiro sul-africano do que qualquer outro porto da costa meridional.

Diante das alterações resultantes da colonização em Moçambique, novas classes sociais surgiram correspondendo e acompanhando a progressiva implantação da economia colonial, facto que estimulou a formulação de objecto do presente estudo. Estudo esse que tem um carácter exploratório e que se insere no campo do saber da arqueologia da paisagem para a compreensão dos critérios de urbanização e da formação do lugar central na cidade de Maputo.

Neste estudo é usado o conceito de Paisagem Cultural, como fonte arqueológica de informação, para explicar as transformações observadas no decurso da formação do Lugar Central na Cidade de Maputo, usando a dicotomia: área dos assimilados e dos “indígenas” (Macamo 2006). Esta área pode ser percebida através da interpretação da paisagem arqueológica pela nova designação do novo bairro da Munhuana, que surgiu após a independência nacional, como negação da anterior designação de bairro “indígena”, porque a sua utilização destinava-se a acentuar as diferenças sociais baseadas em critérios de prestígio social de um grupo minoritário em relação a outro, conforme Solange Macamo (em comunicação pessoal). De acordo com ela, as diferentes posições sociais tenderam também a criar diferenças na forma de apropriação dos recursos, no decurso da formação do Lugar Central, que são definidas arqueologicamente, como é o caso de Manyikeni, uma estação do tipo Zimbabwe, localizada na planície costeira da província de Inhambane (Sinclair 1987; Macamo 2006). No entanto, com o presente estudo pretende-se interpretar os critérios de urbanização em Maputo, para a formação do lugar central, usando a paisagem cultural, evidenciada no local.

1. **Objecto de estudo:** O presente trabalho tem como objecto de estudo os Critérios de Urbanização para à formação do Lugar Central na Cidade de Maputo.

2. Problema de pesquisa

Os principais espaços urbanos de Moçambique são resultantes de um processo complexo de ocupação dos colonizadores no território Moçambicano, atraídos pelo marfim, ouro e outras riquezas naturais, como sucedeu, igualmente, em toda a África Subsaariana.

Segundo Forjaz (2018:1), com o fim do colonialismo, em 1975 e o acesso à independência, o panorama político altera-se e as cidades passaram a reflectir as aspirações de uma população à descoberta dos seus conquistados direitos. A independência nacional trouxe a possibilidade dos descolonizados entrarem e se fixarem na “cidade de cimento”. No entanto, as cidades foram ocupadas pela população local que se deslocou para o centro urbanizado, oriunda dos subúrbios e do campo, instalando-se na área suburbana e urbana. Por isso, a localização e características das actuais cidades moçambicanas, que não chegam a constituir uma rede urbana, é resultado de interesses político-económicos coloniais, sobre os quais se procurou ajustar, na pós-independência, às políticas nacionais de desenvolvimento (Araújo 2003:169).

Todavia, importa reconhecer que a urbanização exerce um papel fundamental no desenvolvimento económico e social por meio das cidades com os seus lugares centrais. Devido à heterogeneidade na qual os lugares centrais são alicerçados acabam surgindo impactos negativos no seu meio. Actualmente, a cidade de Maputo é um território com défice na organização urbana, como apropriação espontânea ou pela dualidade urbana (cidade de cimento e do caniço).

3. **A pergunta de partida:** De que forma a diferenciação social fez parte de um processo histórico da Cidade de Maputo?

4. Relevância e Justificativa:

A cidade de Maputo, capital de Moçambique, comparativamente à muitas cidades europeias, apresenta uma formação recente. A sua juventude, aliada a um período da história humana em que o registo de acontecimentos se encontra preservado, permite o estudo de uma vasta documentação histórica, quer escrita, quer cartográfica (Pimentel 2013:50).

Todavia, a evolução urbana da cidade é descrita com base em diversos autores que estudaram a cidade, quer enquanto colónia Portuguesa em diferentes épocas, como Alexandre Lobato

(1968), Alfredo Pereira de Lima (1969), de Maria Clara Mendes (1979), João Sousa Morais (2001), Manuel de Araújo (2003), José Forjaz (2018), quer no período pós-independência através de informação contida nas peças escritas e na cartografia dos planos de ordenamento do território e estudos sobre a cidade. Hoje, as cidades e os campos moçambicanos apresentam alguns antagonismos que apenas o tempo e os modelos mais adaptados às realidades e percepções locais vão reduzindo gradualmente.

A escolha deste tema é justificado pela necessidade de compreender os critérios de urbanização e a formação do lugar central, no contexto das aulas sobre as Sociedades Complexas e as Origens Urbanas em Moçambique ministradas por Solange Macamo. Estas aulas foram um enorme incentivo para a escolha deste tema porque proporcionou diversas discussões sobre as origens urbanas na África Austral, particularmente a Cidade de Maputo. Espera-se que este trabalho possa contribuir na solução de alguns problemas que as comunidades enfrentam no meio urbano em Maputo.

5. Objectivos:

5.1.Geral: Compreender o processo de formação do lugar central e os critérios de urbanização na cidade de Maputo

5.2.Específicos:

- Interpretar os critérios arqueológicos da urbanização, para contextualização do estudo;
- Apresentar o contexto físico-geográfico da cidade de Maputo;
- Conhecer o paradigma colonial sobre as origens urbanas e do comércio á longa distancia;
- Caracterizar os factores sociais que contribuíram para a formação do lugar central em Maputo.
- Perceber o fenómeno da urbanização da Cidade de Maputo, através da paisagem.

6. Metodologia

A metodologia usada para a elaboração do presente estudo foi com base na bibliografia fundada em informações arqueológicas, da geografia física e da arquitectura, analisado o fenómeno urbanístico da cidade de Maputo, que compreendeu as seguintes fases a saber:

- **Pesquisa bibliográfica** – que compreende a identificação e selecção da literatura em diversas fontes, que foi efectuada nos seguintes locais: Biblioteca Central Brazão Mazula, e Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia. Outra literatura foi necessária acessá-la na *internet*.
- **Entrevista** – é um procedimento utilizado na investigação social, para a colecta de dados ou para ajudar no diagnóstico de um problema. Porém, a entrevista elaborada tinha como objectivo recolher informação qualitativa para complementar a informação quantitativa obtida através da revisão da literatura, bem como para o conhecimento da história do bairro “Indígena”. Para isso foram feitas entrevistas ao Secretário deste bairro histórico e aos indivíduos por ele indicados que conhecem a história do bairro.
- **Análise de dados** – É a partir da qual se fez a comparação da informação recolhida que aborda assuntos relacionados com o tema em questão.
- **Interpretação dos dados** – compreende o processamento de dados feitos de forma qualitativa com o propósito de se perceber o paradigma colonial sobre as origens urbanas e do comércio à longa distância na costa Moçambicana, que deriva dos estudos arqueológicos e adaptado continuamente até os tempos actuais. É importante referir que a análise bibliográfica foi feita constantemente, de forma a relacionar a informação existente nos artigos que abordam o assunto em discussão sobre a formação do lugar central.
- **Compilação da informação.** Por fim, fez-se a compilação da informação existente sobre o assunto em estudo, e posteriormente a apresentação dos resultados obtidos através da produção deste trabalho.

7. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está subdividido em 4 capítulos:

Capítulo 1: Revisão da literatura

Capítulo 2: A formação da Cidade de Maputo

Capítulo 3: Critérios de urbanização e a formação do Lugar Central na Cidade de Maputo

Capítulo 4: O desenvolvimento dos critérios de urbanização na cidade de Maputo: O centro e a periferia, o assimilado, o “indígena” e a comunidade local

CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo começa por fazer a revisão da literatura sobre os conceitos usados neste trabalho. De seguida faz a referência às abordagens de Araújo (2003) sobre as questões geográficas e arquitectónicas com base em Forjaz (2018), como também às fontes baseadas na história da formação da cidade de Maputo. Destacam-se também os elementos das zonas urbanas e do campo, numa base analítica fundada na arquitectura das edificações e nas evidências arqueológicas, como o caso de Manyikení. Aqui a paisagem é usada do ponto de vista arqueológico (Macamo 2006).

1.1. Definição dos conceitos:

Cidade – é uma área densamente povoada, formada socialmente e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, ou seja, dedicada à actividades de carácter comercial, industrial, financeira e cultural. Também designa uma povoação de primeira categoria de um país (Macamo 2016: 1, citando Whetley 1972), indicando um sistema hierárquico de categorização dessas povoações, no qual a cidade tem a categoria mais elevada (Solange Macamo, comunicação pessoal, em 2020). Contudo, este conceito tende a mudar, já que começa-se a admitir a existência de espaços cultivados dentro das cidades, como resposta às mudanças ambientais, ou para facilitar o acesso aos alimentos, como acontece na cidade de Xai-Xai (Solange Macamo, comunicação pessoal, em 2022).

Araújo (1997: 20) considera três indicadores fundamentais para a designação de uma cidade: “número de habitantes; principal actividade da população residente; organização administrativa”.

Lugar Central- “É a hierarquia dos espaços urbanos, representando o meio final de organização geográfica (de um espaço do território, na sua componente social, político administrativa e económica). O lugar central existe em oposição à periferia” (Macamo 2020: 1).

Hierarquia – É a distribuição ordenada dos poderes com subordinação sucessiva de uns aos outros. É uma serie continua de graus ou escalões, em ordem crescente ou decrescente, podendo-se estabelecer tanto uma hierarquia social, urbana, militar, etc. (Fernandes 2002:26).

Padrão Linear de urbanização – consiste no transporte relacionado com as rotas de comunicação, havendo ainda o padrão uniforme e o padrão cluster (Macamo 2020: 1).

Urbanismo – É um termo usado para designar “um conjunto de qualidades que certos povoamentos vastos e compactos possuem e que em determinado momento representam a

continuidade do movimento da população. Os pontos de intersecção, nos modelos de povoamento, caracterizam formas distintas de vida consideradas como sendo "urbanas". Estas formas começaram a aparecer na hierarquia dos povoamentos há alguns 5 mil anos atrás, no decurso da transformação de grupos relativamente igualitários em grupos socialmente estratificados, organizados politicamente, na base de sociedades de um território” (Macamo 2016: 1). Entretanto, alguns autores definem como sendo urbanos os aglomerados populacionais com cerca de 10.000 ou mais habitantes, cuja actividade económica principal não pertença ao sector agrário, e com uma infra-estrutura sócio económica e administrativa considerada mínima (Araújo 1997: 22).

Urbanização – É o modo de vida da população urbana, e como elemento organizador da estrutura urbana. A urbanização como um sistema integrado, hierarquizado e diversificado se constitui em um espaço social estruturado segundo os interesses dos actores sociais (Machado 1999).

Periferia – Consiste nos loteamentos clandestinos, ou favelas localizadas em áreas mais centrais, onde vive uma população de baixa renda. As áreas periféricas possuem um potencial económico muito baixo. Por essa razão, a periferia aproveita-se dos espaços urbanos com mais recursos para a sua sobrevivência (D’Andrea 2020:20).

Segundo Lobato (1986), a periferia define-se pela localização à volta do espaço urbano, ou seja na área que circunda o espaço urbano, distinguindo-se assim das cidades onde há poder económico, denominado Lugar central, sendo o oposto a periferia.

Paisagem arqueológica – Designa padrões de actividades colapsadas numa matriz de recursos, uma forma externa criada por actividades humanas que permanecem visíveis para os arqueólogos depois do desaparecimento dos seus criadores (Bambo 2018:13). O estudo da paisagem em Arqueologia procura compreender as relações existentes entre humanos e seus ambientes, onde envolve questões complexas sobre as maneiras com que grupos pré-históricos moldaram seus espaços, situações que abarcam uma variedade de processos tanto relacionados à organização desse espaço, quanto a sua modificação em função de uma diversidade de propósitos que incluem: subsistência, questões de ordem econômica, social, política, cognitiva, ideológica, de poder, simbólica ou religiosa (Hodder 1986).

“Paisagem como memória- esta ligado à identidade dos habitantes, isso se explica pelo facto de que geralmente as pessoas fazem parte de um ambiente específico, natural ou transformado. Os

lugares sagrados que carregam ou marcam uma história ou lembrança são exemplos da paisagem como memória.

Paisagem como ordem social- são ruínas ou amuralhados que são interpretados usando as fontes arqueológicas, este tipo de evidências estão representados na África Austral, a partir do segundo milénio dc, por exemplo, na preferência das elites dirigentes por localizarem as suas habitações no topo das colinas, como locais privilegiados. A localização elevada das casas é, portanto, um indício de poder exercido por seus ocupantes, bem como de diferenciação social.

Paisagem como transformação- este conceito inclui a vida após a morte de um monumento. Os restos de um monumento são chamados de ruínas. Infelizmente, muitas vezes as pessoas os negligenciam por considerá-los sem uso ou função” (Macamo 2006:19).

Feito o levantamento dos principais conceitos usados neste trabalho, no subcapítulo seguinte pretende-se analisar a bibliografia usada, destacando-se o processo de urbanização em Moçambique, que resulta do comércio à longa distância.

1.2. Processo de urbanização em Moçambique

Na região da actual capital moçambicana há vestígios de assentamentos de uma comunidade caracterizada por uma economia de subsistência, que remontam ao primeiro século A.D., havendo também evidências nos séculos seguintes de migrações dos povos falantes de línguas Bantu para esta área com ocupações mais sedentárias dedicadas à exploração agrícola, criação de gado, actividades pesqueiras e produção metalúrgica (Morais 2001). Posteriormente, beneficiando da localização costeira, estes povos dedicaram-se ainda ao comércio de marfim, conchas e outros bens com entrepostos comerciais estabelecidos ao longo da costa oriental moçambicana pelos povos Swahili e árabes.

Durante os primeiros contactos dos portugueses e holandeses na baía, foram identificados diversos reinos relativamente pequenos, com 500 a 2000 habitantes que governavam a área, tal como os clãs Mpfumo (na área da actual Maputo) e Tembe (na actual Katembe) que viviam respectivamente imediatamente a norte e sul da baía (ibidem).

A urbanização em Moçambique remonta desde a entrada do capital mercantil estrangeiro, primeiramente levado a cabo pelos árabes, indianos até a era dos portugueses. As trocas comerciais

entre os povos africanos e os mercadores estrangeiros levaram ao surgimento dos chamados entrepostos comerciais ao longo da costa leste africana que resultaram em principais cidades comerciais no território africano como as de Mogadíscio (Somália), Melinde (Quênia), Mombaça (Quênia), Kílwa (Tanzânia), Zanzibar (Tanzânia), assim como Angoche e Sofala, em Moçambique. Apesar do processo de urbanização em Moçambique ter iniciado na era dos mercadores estrangeiros ainda está em curso, muitas vezes sem atender aos padrões de urbanização sobretudo em bairros periféricos onde se observa maior dinâmica sócio-espacial (Mutunga *et al.* 2012).

Segundo Araújo (2003:168), o processo de urbanização em Moçambique na era colonial transplantou modelos e percepções de produção e organização do espaço oriundos das realidades das então metrópoles coloniais. Os aglomerados urbanos eram construídos de acordo com o modelo cidade-jardim, embora adaptados à arquitectura dos trópicos idealizados para a população branca com espaços amplos e ajardinados, edifícios de baixa volumetria, vias largas em orientação que favorecessem a circulação do ar (Fernandes e Mendes S/D).

Ainda na abordagem de Fernandes e Mendes (S/D), as áreas urbanas, sobretudo, as cidades tinham funções específicas, actuavam como pólos de estruturação territorial mas, igualmente, como plataformas entre o espaço colonial de onde drenavam as matérias-primas, diferentemente dos países do primeiro Mundo onde as cidades foram instrumentos geradores e difusores de capital humano e económico. O crescimento económico nas cidades Moçambicanas, na sua maioria nas áreas portuárias, e ou ao longo de caminhos-de-ferro, gerou a necessidade de mão-de-obra numa economia que se estruturava no trabalho mal pago, pelo que as cidades tornaram-se pólos de atracção de mão-de-obra proveniente das áreas rurais. Mesmo com a necessidade de mão-de-obra vinda do interior, os moçambicanos eram excluídos da vivência do espaço urbano, excepto os que na altura tinham adquirido o estatuto de assimilado, acrescenta o autor.

Segundo Araújo (2003), as cidades moçambicanas, antes da independência, apresentavam uma dualidade, onde havia o que se chamava de “cidade de cimento” e a “cidade de caniço”. *A cidade de cimento* - é uma área herdada do poder colonial, onde vivia a população branca que dominava e onde assentava a estrutura administrativa do território, em oposição, à designada *cidade de caniço*- área de habitação improvisada, edificada genericamente em materiais recolhidos da

natureza como madeira, capim e caniço, ocupada pela população proveniente do interior de Moçambique, resultante de um processo crescente de êxodo rural.

As transformações ocorridas nestes espaços depois da independência nacional não eliminaram a dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica, com as consequências daí decorrentes. A "cidade de cimento" mantém-se com as mesmas características, até hoje, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser branca, mas não deixou de segregar a área suburbana (a cidade de caniço). Esta, por seu lado, manteve, também até hoje e agudizou as características de precaridade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios que mais adiante se apresentarão, neste trabalho, seguindo Araújo (2003: 169).



Figura 1: a direita representa o Perfil habitacional da cidade do cimento; e a esquerda representa o Perfil habitacional da cidade do caniço (Google Earth).

1.3. Estação Arqueológica de Manyikeni

Manyikeni é um exemplo peculiar das origens da urbanização em Moçambique, baseado em fontes arqueológicas. Manyikeni desenvolveu-se como Lugar Central, a partir da separação da área habitada da elite no interior do amuralhado e fora desta, vivendo os camponeses, entre os séculos

XIII a XVIII AD. Estas características inserem Manyikeni dentro do Complexo da Tradição Zimbabwe (Morais & Sinclair 1980; Sinclair 1987; Macamo 2006; Macamo *et al.* 2018).

Manyikeni situa-se a Norte da Província de Inhambane, a 52Km de Vilankulo, 700Km a norte de Maputo e 440Km do Zimbabwe. O amuralhado era feito de pedras, especificamente o calcário, de plano elíptico com cerca de 50x65 m de comprimento. Nas primeiras medições deste amuralhado, avaliava-se com cerca de 1.50m de altura e 1.50m de espessura (Macamo 2006: 152; Macamo *et al.* s/d).

Segundo Sinclair (1987) e Macamo (2006), dependendo das épocas ou períodos históricos assim como dos aspectos geográfico-geológicos, as habitações e os amuralhados sempre apresentaram estilos que criavam distinções entre as classes sociais: a maioria que habitava em Manyikeni vivia ao redor da muralha e a minoria, no seu interior. Esta forma de construção designa o tipo Zimbabwe, como no Grande Zimbabwe em noutras regiões da África Austral.

De acordo com as análises feitas que possibilitaram reconstituir a economia de Manyikeni, praticava-se a caça e recollecção, de produtos como sorgo e Mexoeira. Contudo a principal actividade económica praticada foi o comércio a longa distância com o Índico através de Chibuene, um entreposto comercial datado do I ao II milénio AD, como paisagem em mudança (Ekblom 2004).

CAPÍTULO 2. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE MAPUTO

O presente capítulo contextualiza a Cidade de Maputo com base nos factores geográficos e históricos, abarcando ainda os aspectos sobre os primeiros assentamentos urbanos para a interpretação da formação do lugar Central.

2.1. Localização geográfica da Cidade de Maputo

Maputo localiza-se a sul de Moçambique, a oeste da Baía de Maputo, no estuário denominado Espírito Santo, onde desaguam os rios Tembe, o Umbelúzi, Matola e Infulene. Está situada a uma altitude média de 47 metros. Os limites do município se encontram entre as latitudes 25° 49' 09" S (extremo norte) e 26° 05' 23" S (extremo sul) e as longitudes 33° 00' 00" E (extremo leste – ilha da Inhaca) e 32° 26' 15" E (extremo oeste).

O município de Maputo possui uma área de 346,77km², a noroeste e é limitado pelo distrito de Marracuene, a oeste pelo distrito de Boane, a sul pelo distrito de Matutuine. Situa-se a 120km da fronteira com a África do Sul e 80km da fronteira com Eswatine.

O clima de Maputo é tropical seco. O período mais quente corresponde aos meses de Novembro a Abril, e o mais frio aos meses de Maio a Outubro, relativamente. A maior precipitação anual ocorre nos meses mais quentes, entre Novembro e Março. A humidade relativa média é de 66,6% com pouca oscilação durante o ano. O mês com maior humidade relativa é Março com 74,0% e o mês com menor humidade relativa é Julho com 39% (Pimentel 2013:46).

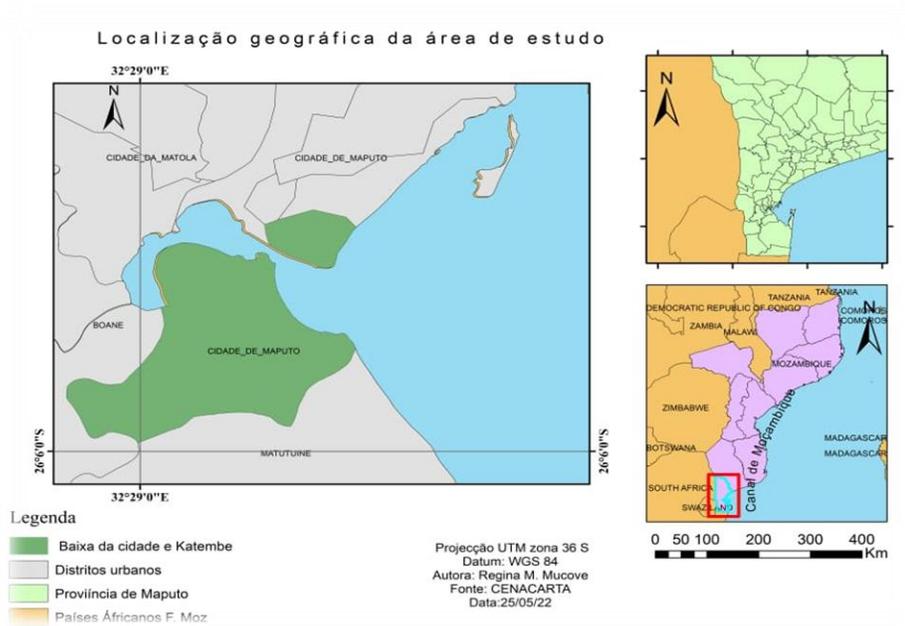


Figura 2: Mapa de localização da área de estudo (Mucove 2022).



Figura 3: Mapa de localização da área de estudo (Google Earth).

2.2. Breve historial sobre a formação da Cidade de Maputo

No período colonial, a cidade de Maputo chamava-se Lourenço Marques em homenagem ao navegador das naus da Índia, que fez o reconhecimento geográfico e económico da *Delagoa Bay*, em 1544. Lourenço Marques começou a ser visitada pelos portugueses desde meados do século XVI, impulsionados pelo ouro, marfim e outras riquezas provenientes das terras firmes, próximas e longínquas. Estes produtos entravam no circuito mercantil dos navios que demandavam a Índia e Sofala. Mas a fixação portuguesa em Lourenço Marques inicia-se com a criação de uma fortaleza-presídio em 1781, que se manteve até à altura em que o burgo começou a desenvolver-se, saindo dos estreitos limites do cercado de estacas para se tornar num entreposto comercial e centro de trânsito com algum relevo. O presídio (actual Fortaleza de Maputo) aloja a primeira comunidade de colonos, no último ano do século XVIII. Com a criação da Companhia Comercial de Lourenço Marques e de Inhambane, em 1825 torna-se no primeiro elemento urbano, em consequência do assentamento português, agora mais fortalecido (Melo 2013; Mendes 1979 & Morais 2001), ao lado da casa amarela, o primeiro edifício de alvenaria na cidade de Maputo. A Fortaleza de Maputo constitui também um importante testemunho da história do surgimento da cidade de Maputo, tendo sido a primeira construção que esteve no desenvolvimento e estruturação do núcleo urbano da Cidade no século XVIII (Silva 1945).

Esta ocupação, que decorreu nos últimos anos do séc. XVIII para o séc. XIX, marcou o início da colonização portuguesa na região sul de Moçambique, facto que propiciou a formação de um aglomerado populacional que, posteriormente, se desenvolveu originando a cidade de Lourenço Marques. Este agrupamento humano, contínuo no tempo e no espaço, consolidou-se, estimulado pelo desenvolvimento do comércio intercontinental praticado a partir daquela baía. A presença contínua de um contingente populacional e o crescimento da actividade comercial possibilitaram a formação de um núcleo que passou a ser designado de Lourenço Marques. Outros factores concorreram para a evolução deste agrupamento humano que, de um espaço predominantemente rural, transformou-se num aglomerado urbano.

Segundo Mendes (1985), Lourenço Marques permaneceu um estabelecimento colonial muito pequeno, com menos de 1000 habitantes, pelo menos até 1885, a sua população europeia permanente era inferior a 100 pessoas, e os africanos perfaziam um número semelhante, que na

maioria eram empregados nas casas comerciais da povoação. Ao longo dos anos foi sendo aumentado e em consequência de uma forte pressão por parte inimiga, procedeu-se à construção de uma pequena povoação fortificada, para quartel e feitoria, rodeada de pântanos para a orla do presídio, dando origem a elementos urbanos com maior expressão.

Mas a importância económica do estabelecimento urbano aumentou rapidamente, quer em relação à África Austral em geral, quer em relação ao Sul de Moçambique, em particular. A feitoria tornou-se, com efeito, num centro de trânsito de equipamentos e de mão-de-obra para a África do Sul por via marítima e terrestre. O início da extracção de ouro em Witwatersrand teve efeitos imediatos em Lourenço Marques, o principal ponto de trânsito era para o Transval. É por isso que a partir desta altura regista-se um aumento de volume de mercadorias que passam pelo porto de Lourenço Marques (Medeiros 1985:231).

Porém, a descoberta das minas de diamantes e de ouro no Transval acelerou o crescente papel económico de Lourenço Marques na região da África do Sudoeste. Desde logo surgiu a necessidade da construção de uma linha férrea de penetração (iniciada em 1887) e do apetrechamento da zona ferro-portuária. Aumentou a importância de Lourenço Marques como porto de trânsito de mercadorias, cuja utilização se tornava mais económica aos detentores do capital mineiro sul-africano do que qualquer outro porto da costa meridional. Face a esta oportunidade política e económica então existente, Lourenço Marques foi elevada primeiro à categoria de cidade em 1898 e passou à capital da colónia, depois da Ilha de Moçambique (Macamo 2014). A nova situação originou, naturalmente, um considerável aumento demográfico a partir dos finais do século XIX, com uma estrutura de população e uma organização espacial próprias de uma cidade colonial (Rocha 1982). Em oposição ao centro urbano, como lugar central, em criação, surgia e consolidava-se a zona periférica, como a conhecemos hoje (Ver mais adiante).

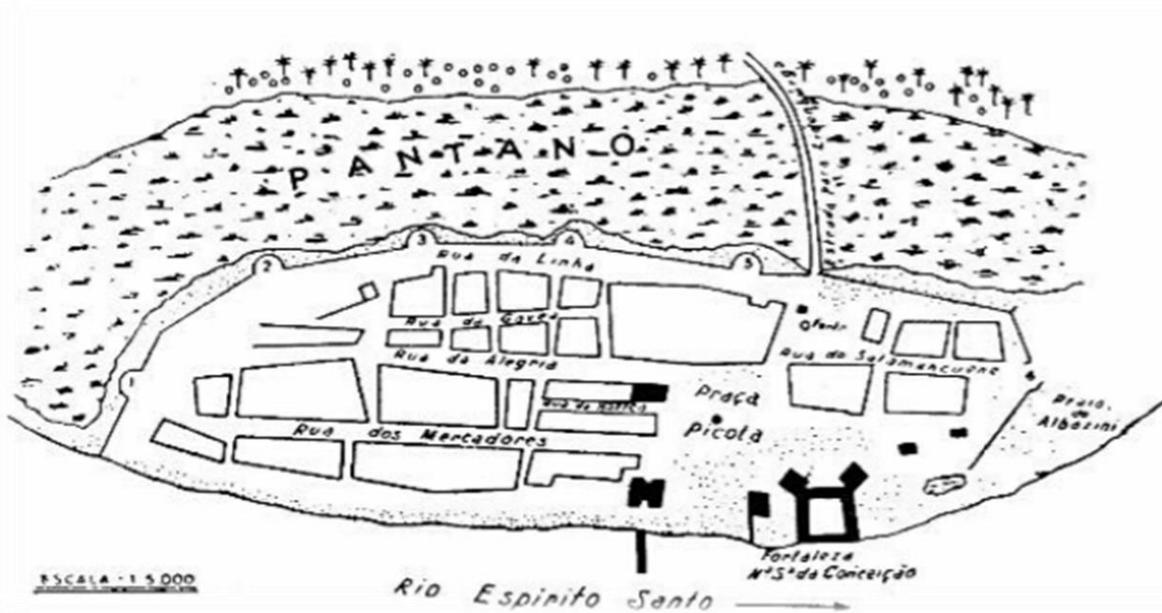


Figura 4: Planta ilustrando os primeiros assentamentos urbanos de Lourenço Marques em 1876. (Fonte: Lage 2019:3)

CAPÍTULO 3: CRITÉRIOS DE URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO LUGAR CENTRAL NA CIDADE DE MAPUTO

O presente capítulo faz o enquadramento dos critérios de urbanização com base nos dados arqueológicos, destacando-se os critérios para a formação do Lugar central, que, segundo este estudo, não mudaram muito até hoje.

3.1. Critérios de urbanização

A cidade, sendo um produto humano, reflecte a cultura humana passada e presente, pois acompanha a evolução no tempo e no espaço. Uma cidade nasce a partir do momento em que um determinado número de pessoas se instala numa certa região através de um processo denominado de urbanização. No entanto, diversos factores ou critérios são determinantes para a sua formação. Gordon Childe, arqueólogo de profissão, formulou os seguintes critérios para a definição da urbanização, fundadas na arqueologia (Ver também Jahani 2010 no texto de Macamo 2020):

Tabela 1: Resumo dos Critérios de Urbanização

Critérios de Urbanização
<ol style="list-style-type: none">1. <i>Os edificadros monumentais de cada cidade distinguem-se de qualquer vila ou aldeia.</i>2. <i>Os sacerdotes, chefes civis, militares e outros oficiais absorviam a maior parte da concentração de excedentes de produção e assim constituíam a classe dirigente.</i> Manyikení é um exemplo concreto da estratificação social, onde caracterizou-se em forma do amuralhado, em termos de localização geográfica, relativamente perto da costa para o comércio a longa distancia.3. <i>O desenvolvimento de ciências exactas-aritmetica, geometria e astronomia.</i>4. <i>Outros especialistas davam uma nova orientação as expressões artísticas</i>5. <i>O comércio externo regular à longa distância era uma das características das primeiras civilizações.</i>

Estes critérios são usados ainda hoje para a classificação e formação do lugar central. Posto isso, o subcapítulo que se segue analisa o processo da formação do lugar central na Cidade de Maputo. Um dos aspectos salientes é a hierarquia social, que no tempo colonial, para a cidade de Maputo foi a distinção entre o assimilado e o “indígena”.

3.2.A formação do lugar central

A configuração do lugar central é definida com base na hierarquia do poder sócio-político, económico e administrativo, que resulta das transformações ocorridas ao longo do século XX que afectaram as cidades, modificando assim a sua estrutura espacial. No entanto, este fenómeno resulta da centralidade das actividades de comércio, serviços e de fluxo urbano e regional, que representam a essência do lugar central (Filho 2004:155).

Em Moçambique, no período pré-colonial, as dinâmicas das estruturas políticas tradicionais, bem como os chefes políticos tradicionais existentes, depois da ocupação efectiva pela potência colonial portuguesa, não só assistem, como são, sobretudo, os principais implicados das rupturas e dos efeitos de desestruturação dos novos modos de organização política, social e económica, resultantes da coerção colonial (Lourenço 2005:18).

Todavia, o sistema colonial português procurou integrar esta estrutura no seu aparelho político-administrativo, cujo objectivo principal era dominar política e economicamente as populações rurais do território moçambicano. No entanto, os sistemas políticos tradicionais de Moçambique passaram a ser (quando se conseguiu que o fossem) uma máquina de reprodução dos interesses coloniais portugueses em vários domínios, tais como o comércio, o trabalho migratório e a cobrança de impostos, face às insuficiências económicas e tecnológicas apresentadas pela administração colonial portuguesa.

Segundo Lima (1972:63), as habitações que compunham a povoação inicial junto ao presídio eram tipo cabanas africanas (palhotas), construídas com troncos de árvores e caniço, sendo cobertas por colmo. Posteriormente, o barro foi introduzido de forma a proteger melhor as paredes circulares, até se iniciarem as construções em pedra e cal com coberturas de tábuas de madeira. A povoação desenvolveu-se, assim, no sentido a partir do presídio e da actual praça 25 de Junho, delineando ruas no mesmo sentido e outras perpendiculares, materializando as linhas estruturantes da futura vila (Morais 2001:60).

Nesta altura os portugueses tinham como objectivo desenvolver apenas um pequeno aldeamento, contudo o início dos conflitos entre os povos vátua e os navios estrangeiros levaram à construção, em 1860, de uma linha de defesa da cidade na orla do presídio, que transformou Lourenço Marquês numa cidade-fortificação. Contudo, a cidade de Lourenço Marques tornou-se um dos principais destinos desse grupo social e a sua configuração territorial manifestava as contradições inerentes

ao modo de produção colonial. As peculiaridades entrelaçadas neste tipo de estrutura social marcaram a especificidade do processo de urbanização que se expressou no contraste que demarcou o centro e a periferia (Lima 1972:86).

A estratificação social colonial, sustentada por estatutos político-jurídicos classificatórios (“indígena”, assimilado e civilizado), excluía parte significativa da população urbana dos benefícios socialmente produzidos (Baia 2007). Este tipo de sociedade desencadeou um processo de modernização e urbanização da cidade que passou a segregar um amplo grupo populacional, formado particularmente pelos nativos, designados “indígenas”. Como reflexo desta estrutura social colonial surgiram e reproduziram-se espaços habitacionais diferenciados do ponto de vista económico, social, cultural e racial (Silva 2011:75), conforme são desenvolvidos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4: DESENVOLVIMENTO DOS CRITÉRIOS DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE MAPUTO: O CENTRO E A PERIFERIA, O ASSIMILADO, O INDÍGENA E A COMUNIDADE LOCAL

O presente capítulo traz o espaço físico ocupado pelo bairro "indígena" (actual Munhuana), e um breve historial do seu surgimento, com objectivo de contextualizar a história sobre a dinâmica deste bairro, no contexto da urbanização da cidade de Maputo e da formação do lugar central. Pretende-se aqui perceber como a diferenciação social que se traduz na heterogeneidade se transformou num critério de urbanização. A sua discussão é central neste trabalho, para inclusive compreender os problemas sociais actuais, resultantes dos critérios coloniais de urbanização. A sua reflexão pode minimiza-los, quando se obtém a consciência sobre os mesmos, conforme Solange Macamo (comunicação pessoal, 2023).

4.1. A urbanização na cidade de Maputo

O forte desenvolvimento da actividade portuária de Lourenço Marques, a partir do início do século XX, constituiu o principal pólo de atracção de populações nativas vindas do interior, sendo apontado como o catalisador do surgimento dos "assentamentos informais" ou bairros suburbanos como Xipamanine, Chamamculo, Indígena e Mavalane. Nesta cidade, os subúrbios estavam para além dos limites norte e noroeste, definidos pelo arco concêntrico estruturado nas estradas que ligam a cidade às principais localidades da região (Anjo 2018: 154).

Para Araújo (2009:163), face às dificuldades em erradicar o crescente fenómeno das cidades coloniais, levou com que as autoridades tomassem consciência do desafio que estas constituíam à capacidade de absorção e integração no tecido urbano. Nesse período vários instrumentos legislativos foram criados que expressam a grande inquietação quanto à expansão através de instrumentos reguladores de modo a assegurar o sucesso de uma hipotética intervenção futura. Estas regras incidiam principalmente sobre a tipologia habitacional de carácter provisório, de forma a tornar menos onerosa a acção de demolição do edificado, aquando da urbanização.

O autor acrescenta ainda, que não se tolerava nas zonas suburbanas, qualquer construção em material durável, dando lugar à proliferação de casas de caniço ou, de madeira e zinco. Surge

assim, a imagem da cidade colonial, caracterizada pelas denominadas “cidade de cimento” e “cidade de caniço”.

Segundo Jenkins (2009) citado por Pimentel (2013), a falta de estratégia por parte do estado colonial na afectação da terra ou habitação à população “indígena”, levou ao desenvolvimento de um subúrbio dormitório, não planeado, para a população mais carenciada. Esta população fixa-se na periferia da cidade existente, adjacente á esta, no prolongamento do planalto, em áreas não abrangidas pelos planos de expansão à época. A sua habitação é precária, utilizando os materiais tradicionais, o caniço. A situação prolongou-se até ao reconhecimento de um pequeno grupo de população africana denominada de “assimilados” que levou à construção de um bairro específico, o “bairro Indígena” actual Bairro da Munhuana.

4.2.Características do bairro indígena (actual Munhuana)

O “bairro Indígena” (Munhuana) encontra-se localizado no Distrito Municipal de Nhlamankulu. A norte faz fronteira com o bairro Aeroporto, a sul e oeste com o bairro Mikadjuine, e a leste com o bairro da Mafalala Tem uma população de cerca de 6.000 habitantes. Este bairro pertence ao governo de Distrito Municipal de Nhlamankulu, e possui um secretário do bairro que é o interlocutor do governo, e coordenador de todos os trabalhos do bairro em colaboração com os chefes de dez casas, e de quarteirão. Ele tem o mandato para resolver todos os problemas existentes no bairro e por sua vez deve explicação à administração do distrito de Nhlamankulu.

Encontram-se ainda instalados no bairro, a procuradoria distrital, o tribunal judicial da 3ª secção, uma secretaria do bairro, a 9ªesquadra da PRM-Cidade, duas escolas primárias e duas secundárias, a sede do comité do distrito do partido Frelimo, 4 igrejas e um Instituto de formação de professores. Este quadro ilustra as funções sociais, administrativas e políticas do lugar central a nível periférico.

4.2.1. Historial sobre o surgimento do bairro “Indígena”

Nesta secção pretendo mostrar como surgiu o bairro Indígena, trazendo alguns trechos das conversas com os moradores deste bairro. Como pude perceber na conversa com o senhor Manuel Júlio Tomas de 63 anos:

Tudo começa na década 40, junto da actual avenida Angola, entre os bairros do Alto Maé e Aeroporto, quando foram construídas casas de alvenaria cobertas de zinco. A iniciativa da construção do bairro foi da administração colonial portuguesa e destinava-se aos trabalhadores da Câmara Municipal, Caminhos de Ferro de Moçambique, hospital e aos mineiros.

Como podemos notar, o senhor Manuel vive no bairro há 63 anos, e é chefe do quarteirão 1. De referenciar que as ruas nelas existentes possuíam nomes dos distritos da província de Maputo e de Gaza, à excepção da Avenida de Angola. À semelhança do senhor Manuel, o senhor Langa afirmou que:

O nome indígena proveio do facto de os portugueses terem erguido aquele bairro só para nacionais de raça negra, trabalhadores, sobretudo, da câmara municipal. Porém, com a Independência Nacional e o bairro mudou de nome. Passou a designar-se bairro Popular da Munhuana. Mas porque se entendeu que o nome era demasiado comprido, foi retirada a palavra Popular e ficou apenas Munhuana.

Segundo Noel Langa, residente naquele bairro desde 1954, a nova designação não foi por mero acaso. Deveu-se ao facto de a areia do bairro ser salgada e sempre que se abria um furo saía água salobre. “Esta realidade continua até os dias de hoje. Nas primeiras horas do dia é possível ver sal no chão”.

Noel Langa defende que o bairro devia continuar a designar-se Indígena porque aquele nome carrega toda a história do lugar. Para ajudar a preservar toda essa herança decidiu erguer um atelier como forma de memorizar a história do bairro.

Após a Independência Nacional, o bairro ficou, uma vez mais, às moscas quando se registou o êxodo dos que ali residiam para os prédios da zona cimento que tinham sido abandonados pelos portugueses, corria o ano de 1977. Noel Langa também esteve nesse processo, mas anos depois regressou para a sua Munhuana.

“Posteriormente decidi criar o Centro Cultural Arco-Íris, anteriormente galeria, como forma de mostrar o amor que tenho por este bairro. Tenho trabalhado com crianças e adultos até 50 anos”, frisou o artista plástico Noel Langa.



Figura 5: Vista aérea do bairro Indígena. Fonte: IICT/ Arquivo Histórico Ultramarino.



Figura 6: Ilustração de algumas ruas do bairro indígena (actual Munhuana). Fonte: Mastala 2022.

4.2.2. O desenvolvimento da urbanização na cidade de Maputo pós-independência

O desequilíbrio da exploração económica colonial provocou uma assimetria desastrosa na distribuição da população no território. Com a independência, a nacionalização da habitação e dos imóveis de rendimento permitiu eliminar as práticas especulativas no campo da habitação e estruturar a ocupação das habitações abandonadas pelos portugueses, considerando-se a ocupação por famílias moçambicanas, uma medida de justiça social (Forjaz *et al.* 2006).

Neste processo, a estruturação do espaço da cidade colonial, assim como as infra-estruturas públicas, em geral, não sofreram alterações importantes. A parte considerada de “cimento” manteve-se. Os seus bairros periféricos, onde se encontrava a maioria da população local, foram os únicos que se ampliaram todos eles com o mesmo nível precário de serviços.

Segundo Forjaz *et al* (2006) a urbanização da Cidade de Maputo (*no período pós-independência*) passou por três etapas principais, nomeadamente:

➤ **Etapas de ocupação da Cidade 1975 -1977**

Inicia com a Independência Nacional, quando a cidade foi quase abandonada pela população de origem portuguesa que, na sua maioria, regressou ao seu país ou emigrou para a África do Sul. As habitações deixadas foram nacionalizadas e administradas pela Administração do Parque Imobiliário do Estado.

➤ **Etapa de início da deterioração urbana e ambiental da Cidade 1977-1987**

A organização da população para manter a Cidade e educá-la para a vida urbana foi debilitando-se. Assim, pouco a pouco, na cidade, os prédios e as habitações arrendados, conjuntamente com as avenidas, ruas, parques e serviços urbanos foram perdendo a sua qualidade. A deterioração das condições deveu-se a diversos factores conjugados, tais como: As dificuldades em consolidar a nova política económica e social da ideologia socialista, guerra que conduziu a uma crise financeira e económica, baixos salários que não permitiram contribuição fiscal para a manutenção dos prédios e serviços e a fraca tradição urbana da maioria da população. Um dos indícios da deterioração do ambiente urbano foi a redução da oferta e da qualidade dos serviços, principalmente do abastecimento de água, recolha de lixo, entre outros; e mais tarde, dificuldades no domínio dos transportes.

➤ **Etapa de deterioração e início da recuperação 1987 até a actualidade**

A crise económica e social que se abateu sobre o país, tinha seus reflexos sobre o meio urbano. O Governo central inicia uma mudança radical formalizada em 1987, com a introdução do Programa de Reabilitação Económica. Iniciam-se nas cidades, em particular Maputo, processos económicos e sociais que conduziram, primeiro, a uma intensificação da deterioração da Cidade e, mais tarde, ao início de uma recuperação lenta. O incremento da população nas zonas urbanas, provocado pela guerra, permitiu a criação de novas zonas de assentamento, cuja maioria abrangia áreas pantanosas, de declives, áridas, entre outras degradadas.

Hoje em dia, os centros urbanos além de representarem importantes centros de interacção cultural, económica e social em geral, têm gerado problemas principalmente naquilo que é a saúde humana e sobre o meio ambiente que o circunda. Porém, o homem como ser activo, tende e tem de organizar medidas e soluções que possam minimizar ao máximo todos estes problemas.

4.3.Discussão

Conforme Macamo (comunicação pessoal, em 2022) “O uso do termo “indígena” para designar as origens e a pertença ao lugar é positivo se não for no sentido da diferenciação social em relação ao grupo dos “assimilados” e “civilizados”. Por outro lado, nota-se uma segunda opção interessante baseada no critério paisagístico, mais concretamente a paisagem cultural, que levou à mudança do nome “ Bairro indígena” para Bairro da Munhuana em referência ao lugar com água salgada”. Como alternativa ao termo “indígena” é por ela sugerido o termo “comunidades locais” que conduz à noção de africanização, no contexto das interações culturais verificadas sobretudo no Vale do Zambeze. Macamo sublinha que “ A referência à cultura e às paisagens culturais visa compreender as interações culturais e como as pessoas e os lugares estão inter-ligados” (Macamo 2006: 36).

Em Moçambique, concretamente na primeira metade do II Milénio AD, a estratificação social caracterizou-se em forma de amurallados, ou posições privilegiadas em termos de localização geográfica como é o caso da Fortaleza de Maputo e do amurallado de Manyikeni, relativamente perto da costa para o desenvolvimento do comércio à longa distância.

É de concordar com Forjaz que Munhuana esteja na periferia, tal como foi concebido o anterior bairro “indígena” mas não há nada que o separe do Lugar Central, como em Manyikeni, onde temos o amurallado a separar as duas áreas (Solange Macamo, comunicação pessoal 2023).

Contudo, as entrevistas por mim, efectuadas no Bairro da Munhuana como componente empírica deste trabalho, ajudam a perceber a dualidade das interpretações que suscita o uso do termo “indígena”. Segundo um dos entrevistados, o nome devia ser mantido, como memória do Lugar, conceito que se liga também às paisagens como memória (Macamo 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reconhecer que a cidade de Maputo constituiu um elemento fundamental para o estudo dos critérios de urbanização em Moçambique. Apesar do processo de urbanização em Moçambique ter iniciado na era do capital mercantil estrangeiro ainda está em curso, muitas vezes sem atender aos padrões de urbanização sobretudo em bairros periféricos onde se observa maior dinâmica sócio espacial (Ribeiro 2018:9).

As ligações comerciais entre os povos africanos e os mercadores estrangeiros levaram ao surgimento dos chamados entrepostos comerciais ao longo da costa que possibilitaram a emergência da urbanização em Maputo e contribuíram para a formação do lugar central, que foi aqui descrito. Importa referir que a Fortaleza de Maputo constituiu uma parte integrante do património edificado moçambicano relacionado com a história da presença portuguesa em Moçambique bem como das rivalidades entre as diversas potências Europeias que tinham interesses imperialistas na região Austral de África

O presente trabalho mostrou a importância do estudo da paisagem, como evidência arqueológica, nas suas diferentes facetas para entender os processos de urbanização. Foi também percebido que os critérios de urbanização definidos no início do século passado por Gordon Childe continuam actuais, com base nos dados arqueológicos. Estes critérios devem a ser adaptados continuamente, com base em novas evidências e formulações contextualizadas, historicamente e geograficamente, para o que este estudo serviu.

Há perspectivas para o prosseguimento deste estudo, no contexto do uso crítico do termo “indígena” em oposição ao “assimilado” e “civilizado”, como critérios sociais, que de facto presidiram os critérios de urbanização da Cidade de Maputo. De acordo com Solange Macamo (comunicação pessoal), a compreensão da origem dos numerosos problemas sociais que desgraçam as comunidades desfavorecidas, vivendo no meio urbano, pode minimizá-los. Este trabalho procurou dar uma contribuição nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, J. 1996. Geografia 11.º Ano de Escolaridade. Lisboa, Plátano Editora.
- Anjo, A. 2009. *A reabilitação de áreas urbanas "informais" em Moçambique*. Universidade de Aveiro.
- Araújo, G. M. 1997. *Geografia dos povoamentos: uma análise geográfica dos assentamentos humanos rurais e urbanos*. Maputo: Livraria universitária-Universidade Eduardo Mondlane.
- Araújo, M. 2003. Os espaços urbanos em Moçambique. *Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 14, p. 165-182*.
- Baia, A., M. 2001. Uma contribuição para a análise do mercado fundiário em Moçambique. Maputo.
- Bambo, B. J. 2018. *Os padrões de assentamento pré-histórico ao longo dos terraços fluviais em Massingir*. Maputo. DAA-UEM.
- Begossi, A. 1993. Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente. INTERCIENCIA 18 (1): 121-132.
- Caetano, Caetano. 2013. A cidade e Urbanismo. Geografia Pré- Universitária.
- D'Andrea, T. 2020. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.
- Eklblom, A. 2004. *Changing landscapes: an environmental history of Chibuene, southern Mozambique*. (Studies in Global Archaeology 5). Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History.
- Fernandes, M. G.& Mendes, R.(S/D) A Dicotomia Urbana em Moçambique: a Cidade de cimento vs cidade de caniço. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento Do Território. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Filho, V. R. (2004). A área central e sua dinâmica: uma discussão. Instituto de Geografia da Universidade Federal da Uberlândia.

Forjaz, J. 2018. O papel das cidades no Séc. XXI. *XXI Encontro CIALP - Conselho Internacional de Arquitectos Maputo*.

Forjaz, J., Carrilho, J., Mazembe, A., Nhachungue, E., Batino, L., Costa, M., Cami, A & Trindade, C. 2006. *Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação e proposta estratégica de intervenção*. Maputo: CEDH/ UEM.

Guevane, L. 2010. G12-Geografia 12.^a Classe. 1.^a ed. Maputo: Texto Editores.

Ilal, A. & Weimer, B. 2017. Urbanização, serviços públicos e recursos fiscais – os desafios principais para as autarquias moçambicanas. Uma análise com enfoque as transferências fiscais intergovernamentais. Maputo.

Hodder, L. 1986. *Reading the past*. Cambridge: Cambridge Press.

Lage, J. 2018. *Influências no processo de formação do tecido urbano nos bairros pericentrais de Maputo: o caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A*. UEM, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico Maputo, Moçambique.

Lobato, A. (1961). *Quatro Estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Lundin, I. 2001. O Estado, as elites e as comunidades. Reflexões sobre um contrato social funcional entre as partes: O caso de Moçambique. Maputo: ISRI-

Macamo, S. 2006. *Privileged Places in South Central Mozambique: the Archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Degue-Mufa* (Studies in African Archaeology 4). Maputo: Eduardo Mondlane University, Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History

Macamo, S. 2013. Conceito de Urbanismo e complexidade. *Texto de Apoio (actualizado em 2020)*. Maputo.: DAA-UEM.

Macamo, S. Duarte, Y. and Duarte, R. 2018. A Hierarchical System of Central Places. Zambezi Valley, Mozambique, c. 1400-1900. , 119-142. In A. Ekblom, C. Isendahl and K. Lindholm (eds) *The resilience of heritage. Cultivating a future of the past. Essays in honour of Professor Paul J.J. Sinclair*, pp.119-142. Uppsala: Uppsala Universitet.

- Macamo, S. 2020. Critérios para a definição da urbanização, conforme G. Childe (1988). Texto de apoio: tradução e compilação de : Jahani, C. 2010. Is there an “Urban Mind” in Balochi Literature? In. *The Urban Mind. Cultural and Environmental Dynamics*, Paul J.J. Sinclair, Gullorg Nordquist, Frands Herschend & Christina Isendahl (eds), 462-3. Uppsala: Uppsala University. African and Comparative Archaeology. Department of Archaeology and Ancient History.
- Manso, F. & Victor, R. 2010. Pré-Universitário – Geografia 12. 1.^a ed. Maputo: Longman Moçambique.
- Medeiros, E. 1985. A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1895-1975): estudo bibliográfico.
- Mendes, M. C. 1985. Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Morais, J. S. 2001. *Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana. Tipologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Morais, J. M. & P. J. J. Sinclair 1980. Manyikeni, a Zimbabwe in southern Mozambique. In: *Proceedings, 8th Panafrican Congress of Prehistory and Quaternary Studies*, Leakey, R. E. & Ogot, B. A. (eds.), 351–4. Nairobi: International Louis Leakey Memorial Institute for African Prehistory.
- Mutunga, C.; Zulu, E.; Souza, R. M.. 2012. Population Dynamics, Climate Change and Sustainable Development in Africa. African Institute for Development Policy.
- Lima, A. P. De. 1972. *Pedras que já não falam*. Maputo: Notícias.
- Lobato, A. 1948. *História da Fundação de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Edições da Revista Lusitânia.
- Lobato, A. (1961). *Quatro Estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar
- Lourenço, V. A. 2005. Estado (s) e Autoridades Tradicionais em Moçambique: *Análise de um processo de transformação política*. CEA – Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- Pimentel, J. S. 2013. Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo.

Ribeiro, E. T. 2018. Processo de urbanização em Moçambique – África. Universidade estadual paulista – UNESP.

Rocha, A. 1982. Lourenço Marques: *raça e classe na formação da classe trabalhadora do sector ferro-portuário*. Maputo: Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

Rutebuka, E. 2016. Património Cultural da Cidade de Maputo: *Análise da lei de património cultural na cidade de Maputo*. Maputo: UEM.

Sakakibara, G. M. 2019. *Classificação de áreas urbanas e rurais no Brasil: uma discussão a partir do território municipal*. Porto Alegre:RS.

Silva, J. A. 1945. *A Praça de Nossa Senhora de Conceição em Lourenço Marques e o projecto da sua reconstituição*. In Moçambique documentário trimestral nº 45. Lourenço Marques.

Silva, A. N. 2011. *Dinâmica sócio-espacial e produção habitacional na periferia de Maputo-Moçambique a partir da década de 1970: Destaque para os bairros Polana Caniço “a” e “b”*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Sinclair, P.J.J. 1987. *Space, Time, and Social Formation: a territorial approach to the archaeology and anthropology of Zimbabwe and Mozambique c. 0–1700 AD*. (AUN 9). Uppsala: Societas Archaeologica Upsaliensis.

Tembe, G., 2010. G9 – Geografia 9.^a Classe, 1.^a ed., Maputo, Texto Editores.